

Credores querem acordo provisório

JOSÉ NEGREIROS

BRASÍLIA — Para fechar um acordo de médio prazo, como o Governo brasileiro deseja, os bancos gostariam que, primeiro, o País fizesse um acordo com o Fundo Monetário Internacional, hipótese complicada, em virtude das negociações se desenvolverem simultaneamente. Como o Brasil tem pressa em regularizar seu relacionamento com o sistema financeiro, os banqueiros podem dar um voto de confiança ao Ministro da Fazenda, Mailson Nóbrega, e ceder, diante de uma demonstração de austeridade no controle do déficit público, enquanto o FMI examina as contas nacionais.

Poucos especialistas em negociação da dívida, contudo, acreditam que o Governo tenha êxito ao por em prática novo plano de contenção. Nesse caso, o País voltaria a enfrentar dificuldades com os banqueiros, no primeiro semestre. Eles preferem lidar com o Brasil da forma mais provisória possível, até a definição da sucessão presidencial. O fato mais curioso, que fontes do próprio Governo destacam, é que o mais difícil já foi feito.

Sem uma só voz discordante, o Presidente Sarney decretou a mais radical mudança dos seus três anos de Governo: resolveu pagar os banqueiros, reformulou seu discurso em relação à dívida externa e arrisca um acordo praticamente incondicional com os credores e o FMI. E, tal como no Plano Cruzado e na decretação da moratória, não existe qualquer garantia de que possa dar certo.

Da mesma forma que nos exemplos anteriores, o Presidente prova, pela terceira vez, que não tem oposição. Muito menos do PMDB, que fez da moratória sua bandeira, mas cuja principal autoridade econômica, o Ministro da Cultura, Celso Furtado, deu seu aval à nova postura do Governo com relação à dívida externa.

O Presidente resolveu mudar por supor que, se a Constituinte aprovar um mandato de 5 anos, é preciso ter recursos disponíveis de forma a reservar 1989 para administração de um programa de investimentos que marque o seu Governo com grandes realizações no último ano. Na avaliação de seus assessores mais próximos, o principal erro da moratória

foi não ter trazido qualquer colaboração ao plano político. De acordo com esta análise, o Cruzado, foi uma coisa típica de economistas do PMDB, partido do qual Sarney se afastou.

Colaboraram para a espetacular reviravolta, o diagnóstico daqueles conselheiros, baseado nos seguintes pontos em favor de um acordo convencional: o Brasil voltará a ter recursos baratos dos organismos internacionais, o País será capaz de gerar saldos comerciais para honrar seus compromissos e o reingresso no sistema trará benefícios à imagem externa do Brasil.

Tudo isso, porém, depende da disposição do Presidente para adotar medidas duras de contenção do déficit, aceitando um rigoroso plano de estabilização do FMI. A reunião ministerial de segunda-feira e a nova política salarial das empresas estatais teve esse objetivo, segundo fontes da área econômica, cuja nova equipe tenta implantar um sistema de "governabilidade da economia", que teria atingido um ponto de grande deterioração.

Os formuladores da nova estratégia estão otimistas com seu resultado, embora admitam que a missão negociadora já tenha ouvido, dos credores, observações sobre os problemas que Sarney tem para governar, enquanto a Constituinte não conclui seu trabalho. Os críticos da nova política, contudo, prevêem que Sarney, uma vez mais, não só pela dificuldade que demonstra para organizar o funcionamento da economia, como diante inviabilidade do acordo convencional, não terá condições de cumprir a promessa feita no Cruzado e repetida na moratória.

De acordo com sua experiência, o Governo será obrigado a prometer metas que não pode atingir, repetindo-se com maior velocidade e dramaticidade os desentendimentos com o Fundo Monetário Internacional na época do Ministro Delfim Netto, o que implicará suspensão de pagamentos por parte dos banqueiros. Alegam que a Argentina fez tal opção e vive hoje uma crise grave.

O Presidente destruiu a proposta de pagar a dívida a longo prazo, permitiu a ingerência externa na economia e, pior ainda, o pagamento expôs as reservas a um nível de pressão da qual estávamos livres há um ano; diz um dos críticos da medida.

